



Marginalia de Parnassus

SOBRE ECONOMIAS TRANSFORMADORAS: AS ABORDAGENS PROGRESSISTAS EM FOCO

CRISTINA PARENTE*

DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2022.41644>

RESUMO

A conferência realizada em agosto de 2018 discutiu as diferentes propostas teóricas de resolução dos novos e velhos problemas sociais num contexto de esgotamento do modelo económico e social vigente, caracterizado pelo retrocesso das políticas sociais dos Estados Providência. Apresentaram-se as propostas de continuidade com o modelo vigente a partir das abordagens anglófonas do empreendedorismo social e da inovação social. O foco da discussão foi colocado na perspectiva transformadora da economia solidária, configurada como uma “outra economia”. A reflexão incide sobre o carácter progressista ou reformista das propostas no que diz respeito à solução protagonizada.

* Professora associada de Sociologia e Letras, Universidade do Porto, Portugal.

Introdução

A insustentabilidade do sistema económico capitalista, nas suas diversas variantes, é reiteradamente apontada como causa para a busca de modos de organização socioeconómica alternativos que coloquem a vida e o planeta no centro (Castells et al., 2017). Várias têm sido as crises que vêm mostrando o esgotamento do modelo ancorado no crescimento que destrói ecossistemas naturais, explora as pessoas, degrada a qualidade de vida, acentuando as desigualdades sociais e territoriais.

A mais atual crise pandémica é equacionada segundo alguns pensadores como manifestação desse questionamento. Entre eles, Sousa Santos (2020) afirma que a crise pandémica, e os seus contornos, são “uma manifestação entre muitas do modelo de sociedade que se começou a impor globalmente a partir do século XVII e que está hoje a chegar à sua etapa final”. É uma crise que revela bem as fragilidades de um modelo económico e social assente na massificação da economia e da vida comandada por princípios de escala, seja no consumo, seja na educação ou nos cuidados. Apesar do seu aparente carácter democrático dadas as condições biológicas de propagação do vírus, esta crise não é imune às desigualdades económicas e sociais. As populações mais vulneráveis e pobres são mais afetadas quer pela contaminação e suas consequências em termos de lesões para a saúde, quer em termos dos impactos socioeconómicos que se fazem sentir (Sousa Santos, 2020).

Em 2008, a crise financeira do mundo ocidental já tinha revelado uma crise do modo de regulação monopolista que, desde os anos 70/80 do século passado, se fazia sentir, questionando o paradigma neoliberal assente numa sobredeterminação da racionalidade económica de mercado e na sua supremacia face às restantes esferas da vida. Desde então, a desregulação tornou-se a palavra de ordem e a crise financeira transformou-se numa crise industrial, numa crise de emprego, numa crise fiscal e, finalmente, numa crise social, política e institucional que ameaça destabilizar o conjunto da sociedade (Castells, Caraça e Cardoso, 2012), afetando novas categorias da população outrora imunes à vulnerabilidade social, como sejam jovens e adultos de meia-idade (35 – 55 anos), muitos deles diplomados no ensino superior, mas na generalidade todos escolarizados e qualificados.

O Movimento dos Indignados na Europa ou Ocupe Wall Street nos Estados Unidos são movimentos sociais de reação contra os cortes de gastos públicos feitos pelos governos para combater a recessão e resultam das tomadas de consciência dos impactos da crise e das medidas de austeridade impostas. Tal sente-se sobretudo nos estados europeus do Sul devido ao retrocesso das políticas sociais de Estados Providência que ameaçam os direitos há muito conquistados e desencadeiam lutas por valores alternativos ao capitalismo predador (Conill et al., 2012: 15).

As múltiplas respostas às crises sucessivas, que, desde os anos 70 do século XX, têm assolado o mundo, podem ser tipificadas em função do grau de continuidade e de rutura que propõe face ao modelo económico dominante.

As soluções de continuidade têm sido teorizadas no âmbito das abordagens do empreendedorismo e inovação sociais, apresentando uma abordagem de carácter reformista face ao modelo económico vigente. As abordagens de rutura são equacionadas no âmbito das economias alternativas, também designadas de “outra economia” (Cattani et al., 2009) ou de “economias transformadoras” que “agregam um ecossistema diverso, com múltiplos movimentos e fenómenos de práticas socioeconómicas que constituem alternativas ao modelo hegemónico (Porro, 2016; Suriñach, 2017). A reflexão incide sobre o carácter progressista ou reformista das propostas no que diz respeito quer à solução protagonizada, quer aos caminhos e meios propostos para a atingir, dando particular atenção às propostas transformadoras que se apelidam na Europa de Economia Social e Solidária e na América Latina de Economia Solidária.

O esgotamento do modelo económico e social, e o olhar reformista face a novos e velhos problemas sociais

A problemática da crise do Estado Providência e do paradigma de desenvolvimento económico e social a ele associado a partir dos anos de 1980 trouxe para a ordem do dia na Europa Ocidental o questionamento do modelo vigente e o surgimento de novas propostas de resolução dos velhos e novos problemas sociais.

Num contexto profundamente afetado pela crise do paradigma de regulação macroeconómica e social capitalista imperante no mundo globalizado e liderado pelos países centrais (Wallerstein, 2011), várias têm sido as iniciativas e propostas que equacionam a resolução dos velhos e novos problemas de pobreza e exclusão social que a dinâmica de mercado capitalista teima em colocar na agenda do dia para segmentos cada vez mais vastos de população.

Umam aparecem mais alinhadas com as propostas da economia capitalista de mercado, não se configurando como verdadeiras alternativas, ainda que se intitulem como tal. São iniciativas que procuram atenuar ou ainda mascarar os aspetos mais gritantes da exploração capitalista, não apresentando propostas verdadeiramente disruptivas face ao modelo dominante, baseado na globalização económica e no capitalismo financeiro, causas principais da degradação das condições de vida.

Do ponto de vista teórico, estas práticas têm sido teorizadas no âmbito das abordagens do empreendedorismo e inovação sociais, que têm a sua expressão mais acabada na esfera da responsabilidade social corporativa, da filantropia e do voluntariado empresarial. São abordagens legitimadoras do sistema económico vigente, com origem no mundo anglófono, e que mantêm os seus pilares de funcionamento baseado no consumo como motor do crescimento económico, não figurando como alternativas ao sistema capitalista. Estamos a referir-nos à afirmação do sector não lucrativo ou da chamada sociedade civil organizada, a quem é cada vez mais solicitada a resolução dos problemas em áreas como a educação, saúde, serviços sociais, serviços culturais e recreativos, numa versão funcionalista, inspirada numa perspetiva económica do papel destas organizações nas sociedades atuais.

A abordagem académica neste domínio “tem por base o conhecimento acumulado a partir do contexto evolutivo do conjunto das tradições institucionais e organizacionais, distintas das do Estado e do Mercado, que caracterizam a realidade norte-americana e que, em parte, descendem de tradições do Reino Unido” (Parente e Quintão, 2014: 15). Referimo-nos às charities, fundações de raiz filantrópica, associações, cooperativas e as recentemente institucionalizadas empresas sociais, que emergem de movimentos cívicos e comunitários, em contextos dominados pelos ideais liberais e pela reduzida intervenção económica do Estado. Entre estas abordagens, destacam-se duas perspetivas que equacionam os processos de empreendedorismo social: a Escola da Gestão Empresarial ou da Geração de Receitas (Boschee & McLurg, 2003); a Escola da Inovação Social (Dees, 1998; Bornstein, 2007; Mulgan, 2007).

A Escola da Gestão Empresarial ou da Geração de Receitas advoga o recurso a mecanismos e ferramentas empresariais para a gestão eficaz do sector não lucrativo, seja ao nível do planeamento estratégico, seja da gestão das pessoas, seja ainda na gestão económica dos negócios, propondo o desenvolvimento de atividades comerciais enquanto garantia de sustentabilidade e prossecução de objetivos sociais.

A Escola da Inovação Social retoma o papel do empreendedor clássico no fomento da inovação, salientado por Schumpeter (1996 [1905 – 1950]), e desloca-o para o sector não lucrativo, considerando o empreendedor social como aquele que responde a problemas e necessidades sociais de forma inovadora (Hoogendoorn, Pennings & Thurik, 2010). Segundo Dees (2001), o empreendedor social, a partir de um contexto desafiante, adota uma missão social em que procura atacar as causas dos problemas sociais e produzir respostas inovadoras em contexto de escassez de recursos¹.

A capacitação das comunidades, o impacto social das mudanças, bem como a escala, alcance, replicabilidade e a sustentabilidade das iniciativas são métricas desta abordagem que se orienta transversalmente para intervenções em qualquer sector da economia, e articula atores do mercado, do Estado e do terceiro sector em benefício da lógica de proximidade e de racionalização que o Estado Providência não conseguiu garantir.

Do ponto de vista da teoria social e política, ambas as abordagens alinham com a designada Terceira Via e no modelo do welfare mix (ao invés do welfare state) com uma partilha de responsabilidades da proteção social entre Estado, mercado e terceiro sector. É neste âmbito que políticas empresariais clássicas, outrora designadas de paternalistas, são agora rotuladas de responsabilidade social corporativa e que o terceiro sector é genericamente considerado como o porta-voz da sociedade e da comunidade, numa estratégia clara de retirada do Estado das políticas sociais, de redução de custos e de racionalização de recursos de acordo com a lógica do mercado.

1 A Escola da Inovação Social desenvolveu a sua identidade através do trabalho de Bill Drayton, fundador da Ashoka, em 1980. A Ashoka começou a apoiar inovadores para o público ou empreendedores do público, pessoas que, de acordo com a descrição do economista Joseph Schumpeter (1996 [1905-1950]), reformam ou revolucionam os padrões de produção. Inspirado nesta definição, Bill Drayton entende os empreendedores sociais como aqueles que reformam ou revolucionam o modelo de produzir valor social nas áreas da educação, da saúde, do ambiente e do acesso ao crédito. Só no início dos anos 1990 do séc. XX é que o conceito de empreendedor social se tornou descritivo dos inovadores do sector social, em comparação com a atuação dos empreendedores de negócio.

Uma boa ilustração destas propostas é dada pela Iniciativa Portugal Inovação Social², a resposta nacional aos desígnios europeus que elegeram a inovação e o empreendedorismo social como uma área de aposta da Estratégia Europeia 2020. Pretende-se criar um mercado de investimento social entendido como aplicação de capital em projetos, organizações ou fundos para o desenvolvimento de respostas inovadoras que se distingam das respostas tradicionalmente dadas na resolução de problemas sociais quer pelo seu potencial de impacto e sustentabilidade — e por isso de retorno de valor para a sociedade, quer pelo objetivo de obter um retorno ou reembolso do capital. “O investimento social comporta um espectro amplo de modelos de financiamento, desde a filantropia de impacto em que o retorno é medido apenas em termos do impacto social gerado, aos fundos de empreendedorismo social em que prevalece a expectativa de obtenção de retorno financeiro associado ao impacto social”³.

Trata-se de uma lógica diferente da filantropia, do mecenato ou dos subsídios, integrando modelos de financiamento convencionais tais como empréstimos, créditos, fundos de investimento, mas com o objetivo de obter um retorno sobre os montantes financeiros investidos, condicionados pelos resultados sociais obtidos, ou seja, um retorno de valor para a sociedade.

Outras iniciativas, de caráter minoritário quer enquanto propostas teóricas, quer enquanto práticas, são guiadas pela busca do bem-estar social, baseadas na cooperação, partilha e solidariedade. Representam uma proposta de rutura com o status quo vigente e avançam com alternativas de caminhos e processos colaborativos, democráticos e empoderadores garantes do respeito pelo ambiente, pela cultura, pelas comunidades e sobretudo pelas pessoas que são colocadas no centro da economia. É o caso da produção agroecológica, do consumo responsável, das cooperativas populares, das moedas sociais, dos bancos do tempo ou das finanças éticas.

Estas outras formas de fazer economia, encontram ancoragem teórica nas abordagens da economia solidária. Remetem para a “outra economia” (Cattani, Laville, Gaiger et al., 2009) ou para práticas económicas alternativas (Connill, 2012) que se

2 Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-A/2014, de 16 de Dezembro de 2014

3 Portugal Inovação Social – Síntese Investimento Social. Disponível em <http://inovacaosocial.portugal2020.pt/wp-content/uploads/2016/03/Portugal-Inova%C3%A7%C3%A3o-Social-5%C3%ADntese-27Jan.pdf>. Consultado a 15 junho de 2018

afastam do padrão clássico da economia de mercado capitalista, hoje questionado no âmbito do paradigma do desenvolvimento sustentável. Apontam para ideais e práticas que se apresentam como uma “alternativa material e humana superior à economia capitalista” (Cattani, 2009: 7). Integram “novos valores e princípios que se opõem a práticas excludentes, social e ambientalmente predatórias” (Cattani, 2009: 7).

Os princípios e os valores da “solidariedade, sustentabilidade, inclusão, cooperação, emancipação social” (Cattani, 2009: 7) compõem o ideário da “outra economia”, por oposição à “concorrência, competição, exploração, acumulação compulsória e exclusão” (Cattani, 2009: 7), característicos da economia capitalista. O debate sobre formas alternativas de organização, em que são retomadas as antigas configurações organizacionais, tais como as cooperativas no domínio económico, as mutualidades no domínio da segurança/ação social e as associações no âmbito político, é entendido como central para a resposta aos novos desafios sociais. Estas organizações têm vindo a diversificar-se, multiplicando-se o tipo de organizações que, coexistindo ao lado do sector estatal e do sector mercantil, se orientam no sentido de repor os níveis de democracia ameaçados e de empoderar as pessoas e as comunidades, projetando-se enquanto escolas de democracia (Rego, 2010) na sua aceção mais ampla.

Um ideário que se tem traduzido em ações concretas que se encontram em fase de expansão quer do ponto de vista teórico e conceptual, quer do ponto de vista das práticas em vários países da Europa Ocidental e da América Latina, mas também no mundo norte-americano, ainda com uma adesão relativamente mais recente, com exceção da região do Quebec, no Canadá.

A economia social e solidária: uma proposta teórica e ideológica progressista

No contexto de intensificação da globalização, o conceito de economia solidária assume forte expressão na Europa francófona na década de 1990, encontrando igualmente um itinerário relevante no sul da Europa e na América Latina. Adotada por diferentes países, com conceções variadas, mas ao redor da ideia de solidariedade em detrimento do interesse individual e ganho material/lucro, expressa-se “mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários” (Laville &

Gaiger, 2009, p.162). Enfatiza a especificidade das novas iniciativas e lógicas de ação relativamente às organizações da economia social instituídas.

Como afirmam Defourny e Develtere (1999, pp. 43 – 44), ao contrário do que acontece em alguns países da América Latina, na Europa, a designação de economia solidária não suplanta ou concorre com a de economia social, antes a complementa. Dá visibilidade às formas coletivas de organização da sociedade civil, emergentes com base nos princípios originários da economia social, e destaca os seus aspetos mais inovadores, tanto na Europa como noutras regiões do planeta. Expressa, nomeadamente, “outras formas de fazer economia” baseadas nos princípios da solidariedade e da reciprocidade.

Na Europa, os exemplos desta nova economia social (Defourny, Favreau & Laville, 1998) ou economia solidária são iniciativas de reação à crise económica e ao desemprego massivo de diversos grupos sociais, gerando oportunidades de trabalho e de rendimento para pessoas e famílias vulneráveis, bem como serviços para satisfação de necessidades de comunidades carenciadas. São, também, resultantes de movimentos de contestação aos modelos de intervenção dos Estados Providência, criando propostas alternativas de resposta às problemáticas da pobreza e exclusão social, da qualidade de vida e do ambiente, num contexto de busca de novos modelos de desenvolvimento sustentável (Estivill, Bernier & Valadou, 1997). Estas iniciativas tiveram a sua expressão mais significativa em torno das empresas de inserção (designando genericamente organizações geridas de forma empresarial com missão de inserir social e profissionalmente pessoas em situação de exclusão social) e dos serviços de proximidade (Defourny, 2001).

Na América do Norte, o uso do conceito de economia social e solidária como matriz de entendimento unificadora de uma ampla gama de conceitos e práticas centrados nas pessoas começou a ser usado primeiro no Quebec em meados dos anos de 1990, e no Canadá em geral desde 2000, mas nos EUA a afirmação conceptual é mais recente, datando de 2006 – 2007 (Poirier e Kawano, 2008).

Para Laville (2009), compreender a economia solidária implica uma abordagem sociológica e histórica crítica relativamente à visão ortodoxa da ciência económica. Até ao século XIX, as lógicas da economia de mercado estavam relativamente circunscritas aos centros urbanos, predominando, então, lógicas de economia doméstica e comunitária, baseadas nos princípios da reciprocidade, na troca direta, nas relações de

proximidade e confiança. A difusão da economia de mercado com o desenvolvimento dos Estados Providência durante os Trinta Gloriosos Anos, operou uma divisão entre o ‘económico’ (a economia de mercado) e o ‘social’ (a economia redistributiva do Estado) e acentuou a subalternidade da economia doméstica.

O espaço da economia solidária implica reclamar o princípio da reciprocidade e uma visão plural da economia, entendida como conjunto de atividades de produção e distribuição de serviços, dirigida à satisfação das necessidades humanas (Laville, 1994/2000, pp. 13 – 17). Os produtos e serviços têm sobretudo um valor de uso, sendo o objetivo primordial da troca solidária a satisfação de necessidades.

Para este autor, a economia solidária assume uma dupla dimensão, política e económica (Laville, 2009, pp. 42 – 43): “A economia social, centrando-se sobre o aspeto organizacional, não foi capaz de contrariar o isomorfismo institucional criado pela divisão e complementaridade entre Mercado e Estado social. Centrada sobre o sucesso económico das empresas que a compõem, deixou de lado as mediações políticas. É, na verdade, como reação aos efeitos perversos dessa focalização na dimensão económica que as experiências das últimas décadas reforçaram a dimensão política de iniciativas que pretendem ser tanto cidadãs como empresariais”.

Reafirmando os princípios originais da economia social, a economia solidária propõe um projeto de sociedade alternativo, com uma vertente política, realçando a necessidade de compromissos institucionais que promovam a emancipação e a democracia no seu funcionamento interno e externo.

Nos denominados países em desenvolvimento em África, Ásia e América Latina, a economia solidária é também apelidada por outros conceitos, nomeadamente de economia familiar, economia popular, economia cooperativa e economia comunitária (Defourny & Develtere, 1997), economia popular solidária, socioeconomia solidária ou economia autogestionada (Lechat, 2002).

A conceção de economia solidária da América Latina parece aproximar-se da escola europeia da economia social, nomeadamente pelas suas raízes associativas, pela sua natureza económica e gestionária, ainda que com diferenças relevantes. A Rede de Investigadores Latino-Americanos de Economia Social e Solidária (RILESS) emprega a expressão de economia social e solidária. Frequentemente, fala-se de uma “outra economia”, seja social, popular ou solidária, no sentido de uma construção identitária,

baseada na recuperação dos princípios do cooperativismo europeu e pioneiro do século XIX (principalmente a autogestão) e no desenvolvimento de uma cultura solidária (Souza, 2010).

Nos países da América Latina, consideramos que o conceito de economia solidária é frequentemente equivalente ao de economia social europeia, no que se refere ao sub-setor do mercado, de acordo com a proposta de Chavez e Monzón (2007).

Estas experiências “baseadas nos princípios da autogestão, cooperação, liberdade, democracia e solidariedade têm crescido com intensidade a partir dos anos 1990, nos diversos países da América Latina, no contexto de reestruturação produtiva e de revisão dos projetos políticos revolucionários” (Sígolo & Barbieri, 2007, p. 11). Apresentando um cunho marxista, a economia solidária pugna por um mecanismo de coordenação oposto à lógica do interesse privado, onde estão presentes quer práticas mais tradicionais, como sejam as cooperativas de produção ou as fábricas recuperadas, quer formas inovadoras, como redes de cadeias produtivas ou organizações de finanças solidárias (Cunha & Santos, 2011). O vínculo social de reciprocidade aparece como o fundamento das relações de cooperação estabelecidas, seja nas iniciativas de comércio justo ou nas cantinas populares, seja nos coletivos de geração de rendimento ou nas cooperativas de produção e comercialização ou ainda nos bancos e redes de troca. Em muitos casos, as práticas de autogestão promovem, na esfera pública, uma participação cidadã e consequente dinamização de redes de interação participativas, que conferem um conteúdo político a iniciativas locais (Gaiger & Laville, 2009, pp. 166 – 167). Como afirma Mello, a economia solidária “tem algo de missionário, algo de visionário e algo de utilitário e pragmático, de militante” (2007, p. 7), sendo por isso um projeto que, para além de uma dimensão socioeconómica, tem uma dimensão sociopolítica vincada, onde é notória a “combinação contraditória entre um projeto desejável e o esforço científico para descobrir para onde caminha a sociedade realmente existente” (Sígolo & Barbieri, 2007, p. 13).

O uso destes conceitos tem implícito um projeto de sociedade a que aderem algumas organizações políticas e sindicais. Os empreendimentos solidários articulam as dimensões económica, política e social, garantindo, como salienta Coraggio (2007), a reprodução ampliada da vida, que abrange não apenas a satisfação de necessidades materiais, mas a qualidade de vida das pessoas e dos territórios. Deste modo, a amplitude de atividades exercidas na economia solidária parece não abarcar apenas serviços

sociais para públicos vulneráveis, tipicamente europeus, mas todas as formas de “reprodução ampliada da vida”, incluindo-se nesta designação de Corragio (1994 apud Cunha & Santos, 2011) quer a satisfação de necessidades básicas, quer a melhoria da qualidade de vida, seja com a produção de bens e serviços, seja com a comercialização, trocas, crédito ou finanças. A natureza coletiva e associativa implica o “fazer junto”, baseado numa conjugação de esforços que pode conhecer várias variantes, desde a produção individual à comercialização coletiva (ou o inverso), à compra coletiva de fatores de produção ou propriedade e uso coletivo de equipamentos, entre outros mais recentemente reforçados, como é o caso do consumo responsável e das finanças éticas.

A RIPESS — Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social e Solidária — representa o expoente máximo de afirmação da economia social e solidária no mundo. É uma rede mundial de redes continentais⁴ que conecta as redes da economia social e solidária nacionais e setoriais em todo o mundo, acreditando na importância da solidariedade global para construir e fortalecer uma economia que coloque as pessoas e o planeta no centro. As organizações envolvidas nesse esforço reconhecem a necessidade de o fazerem em parceria e em colaboração, em todo o mundo, que têm uma agenda semelhante de construção de uma abordagem alternativa à economia neoliberal atual⁵.

4 As redes continentais por território referem-se à América Latina e Caribe (RIPESS-ALC), Europa (RIPESS-UE), América do Norte (RIPESS-EUA), África (RAESS - África. Rede SSE) e Ásia (Conselho de Economia Solidária da Ásia).

5 Fonte: <https://ripessna.wordpress.com/resources/solidarity-economy-in-north-america-a-history/>. Consultado a 15 junho de 2018

Referências

BOSCHÉE, J., & McClurg, J. (2003). Towards a better understanding of social entrepreneurship: some important distinctions. Retirado a 17 de fevereiro 2016 de <http://www.caledonia.org.uk/papers/Social-Entrepreneurship.pdf>

BORNSTEIN, D. (2007). Como mudar o mundo: os empreendedores sociais e o poder de novas ideias. Alfragide: Estrela Polar.

CATTANI, J.-L. (2009). “Construindo a outra economia”. In Laville, L. Gaiger, & P. Hespanha (Orgs.). Dicionário internacional da outra economia (pp.7-8). Coimbra: Almedina.

CATTANI, J.-L. Laville, L. Gaiger, & P. Hespanha (Orgs.) 2009. Dicionário internacional da outra economia (pp.162-168). Coimbra: Almedina.

CASTELLS, M., Banat-Weiser, S., Hlebig, S., Kallis, G., Pink, S., Seale, K., Varvarousis, A. (2017). Another economy is possible. Cambridge: John Wiley and Sons.

CASTELLS, M.; Caraça, J. & Cardoso, G. (2012). Aftermath. The Cultures of the Economic Crisis. Oxford: Oxford University Press.

CAVES, R. & Monzón, J. (2007). The Social Economy in the European Union. Working paper CIRIEC, nffl 2088/02.

CONILL, J.; Cardenas, A.; Castells, M.; Hlebig, S. & Servon, L. (2012). Otra vida es posible. Practicas económicas alternativas durante la crisis. Barcelona: UOC Ediciones.

CORAGGIO, J. (2007). Una perspectiva alternativa para la economia social: de la economia popular a la economia del trabajo. In José Coraggio (Org.), La economia social desde la periferia: contribuciones latino-americanas (pp. 165-194). Buenos Aires: Altamira.

CUNHA, G. C., & Santos, A. M. (2011). Economia Solidária e Pesquisa em Ciências Sociais: Desafios Epistemológicos e Metodológicos. In Hespanha, P. & Santos, A.M. (Orgs.), Economia Solidária: Questões Teóricas e Epistemológicas (pp. 15- 56). Coimbra: Almedina.

DEES, G. (1998). Enterprising Nonprofits. *Harvard Business Review*, 76 (1), 55-67.

DEES, G. (2001). The Meaning of Social Entrepreneurship. Retirado a 17 de fevereiro, 2014 de http://www.caseatduke.org/documents/dees_sedef.pdf

DEFOURNY, J. (2001). Introduction: From third sector to social enterprise. In J. Defourny & C. Borzaga (Eds.), *The Emergence of Social Enterprise* (pp. 1-28). London: Routledge.

DEFOURNY, J., & Develtere, P. (1999). The social economy: the worldwide making of a third sector. In J. Defourny, P. Develtere & B. Fonteneau (Eds.), *L'économie sociale au Nord et au Sud*. Bruxelles: De Boeck & Larcier.

DEFOURNY, J., Favreau, L., & Laille, J.-L. (dir.) (1998). *Insertion et nouvelle économie sociale*. Paris: Editions Desclée de Brouwer.

ESTIVILL, J., Bernier, A., & Valadou, C. (1997). *Las Empresas Sociales en Europa*. Barcelona: Hacer Editorial.

FERNÁNDEZ, A. & Miró, I. (2016). *L'Economia Social i Solidària a Barcelona*. Barcelona: Comissionat d'Economia Cooperativa, Social e Solidària. Ajuntament de Barcelona.

GAIGER, L. & Laille, J.-L. (2009). Economia solidària. In A. Cattani, J.-L. Laille, L. Gaiger, & P. Hespanha (Orgs.), *Dicionário internacional da outra economia* (pp.162-168). Coimbra: Almedina.

GIDDENS, A. (2001). *The global Third Way debate*. Cambridge: Polity Press.

HALL, P. & Taylor, R. (2003). As três versões do institucionalismo. *Lua Nova. Revista de Cultura e Política*, 58, (pp.193-223).

HOOGENDORN, B., Pennings, E., & Thurik, R. (2010). What Do We Know about Social Entrepreneurship? An Analysis of Empirical Research. *International Review of Entrepreneurship*, 8(2), 1-42.

MEIRA, D. & Ramos, M. (2014). *Governança e Regime Económico das Cooperativas*. Estado da arte e linhas de reforma. Porto: Vida Económica.

MULGAN, G., Tucker, S. & Sanders, R. (2007). *Social Innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated*. Oxford: Oxford University.

LAILLE, J.-L. (dir.) (1994). *L'économie solidaire, une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer.

LAVILLE, J.-L. (2009). L'économie solidaire dans le débat théorique. *Revista de Economia Solidária*, (1), 31-70.

LECHAT, N. (2002). Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, 2 (1), 123-140.

MANCINI, E. (2008). *Costelação Solidarius. As fendas do capitalismo e a sua superação sistémica*. Instituto Superior de Filosofia Berthier, Passo Fundo.

MELLO, S. L., Sígolo V. M. & Barbieri, E.M. (Eds) 2007. *Economia Solidária e Auto Gestão*, NESOL-USP, São Paulo, 11-18.

MOORE, J.F. (1996). *The Dead of Competition: Leadership and Strategy in the Age of Business Ecosystems*. New York: Harper Business.

PARENTE, C., Quintão, C. (2014). Uma abordagem eclética ao empreendedorismo social. Parente, C. (coord.) *Empreendedorismo social em Portugal*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto.

PARENTE, C. , Marcos, V., Quintão, c. (2014-2015 [2016]). Portugal Inovação Social: anotação à Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-A/2014, de 16 de Dezembro de 2014. *Revista Cooperativismo e Economia Social*, Universidade de Vigo, 37, 397-405.

Portugal Inovação Social – Síntese Investimento Social. Disponível em <http://inovacaosocial.portugal2020.pt/wp-content/uploads/2016/03/Portugal-Inova%C3%A7%C3%A3o-Social-S%C3%ADntese-27Jan.pdf>. Consultado a 15 junho de 2018.

PUTNAM, R. (1993). *Making democracy work: civic tradition in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press.

RIPESS (s.d). *Global Vision for a Social Solidarity Economy: Convergences and Differences in Concepts, Definitions and Frameworks*. Disponível em http://www.ripess.org/wp-content/uploads/2017/08/RIPESS_Vision-Global_EN.pdf. Consultado a 15 de junho de 2018.

POIRIER, Y. e Kawano, E. (2008). *Visions related to building the solidarity economy and related alternatives in North America*. Paper submitted to Alliance for a Responsible, Plural and Solidarity-based Economy (ALOE) and RIPESS North America. *Another economy is possible!* Disponível em: <https://ripessna.wordpress.com/>

press.com/resources/solidarity-economy-in-north-america-a-history/. Consultado a 15 de Junho de 2018.

REGO, R. (2010). “Vendendo virtude? Contributo para a reflexão sobre a gestão democrática das organizações sem fins lucrativos”. Próximo Futuro. Gestão das organizações sociais e culturais, Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. Disponível em http://www.proximofuturo.gulbenkian.pt/sites/default/files/ficheiros/Raqua_el-Rego.pdf. Consultado a 15 junho de 2018.

PORRO, A. (2016). “Què són les economies transformadores?”. In: Opcions. <https://opcions.org/agrada/economies-transformadores/> Accessed 30 nov. 2020.

SOUZA SANTOS, B. (2020). A Cruel Pedagogia do Vírus. Coimbra: Almedina (edição reduzida).

SCHUMPETERS, J. (1996 [1905-1950]). *Essays: managers, innovation, business cycles and capitalism evolution*. Oeiras: Celta.

SÍGOLO, V.M., Barbieri, E.M. (2007). Apresentando autores e textos. In S. L. Mello, V. M. Sígolo, E. M. Barbieri (Orgs.), *Economia Solidária e Auto Gestão* (pp.11-18). São Paulo: NESOL-USP.

SOUZA, A. R. (2010). A economia solidária é uma miragem. Comunicação ao 34º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Caxambu, Minas Gerais.

SURIÑACH, R. (2017). *Economías transformadoras de Barcelona*. Barcelona: Ayuntamiento de Barcelona.

WALLERSTEIN, I. (2011 [1974]). *The Modern World-System, I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*, revised ed. with New Prologue. San Francisco: Univ. of California Press.

YUNUS, M. (2002). *O Banqueiro dos Pobres. Autobiografia de Muhammad Yunus, fundador do Banco Grameen*. Viseu: Difel.